A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA: necessidade e contexto

Luis Fernando Tosta Barbato
Doutorando em História - UNICAMP

Resumo: Este artigo tem por objetivo mostrar o processo de construção da identidade nacional brasileira, no século XIX, ressaltando a sua necessidade, em meio a uma crise política presente no Brasil do pós-independência. Desta maneira, abordaremos a situação política que ensejou os intelectuais do período a pensarem uma identidade para o Brasil, identificando quais foram os elementos escolhidos para representar essa identidade, com destaque para o papel da natureza tropical do país, e como se deu esse processo. Além disso, buscaremos mostrar os conceitos e o histórico por trás dos movimentos de construção da identidade nacional, no Brasil e no mundo.
Palavras-chave: Identidade Nacional; Natureza; História do Brasil Imperial.

Abstract: This paper aims to show the construction process of Brazilian national identity in the nineteenth century, emphasizing their need at the time of a political crisis in Brazil's post-independence. Thus, we discuss the political situation that led the intellectuals of the period to think an identity for Brazil, which were the elements chosen to represent this identity, with emphasis on the role of the tropical nature of the country, and how this process took place. In addition, we try to show the concepts and history behind the movement of construction of national identity in Brazil and world.
Keywords: National Identity; Nature; History of Imperial Brazil.

O Brasil pós-independente e a necessidade de uma nação

Com a ruptura política do Brasil em relação à metrópole portuguesa, em 1822, sua fonte original de legitimação para os antigos domínios lusitanos na América foi de uma só vez suprimida. A partir daquele momento, até meados do século XIX, o Brasil viveu um período de real perigo de fragmentação territorial uma vez que o centralismo político-administrativo impingido pela corte portuguesa não mais existia, sendo substituído por uma

Coroa ainda ligada à antiga casa lusitana, mas em meio à função de governar um país de dimensões continentais, e formado por realidades políticas, sociais e geográficas, que careciam da noção de partilhar um destino comum.

Com Dom Pedro I à frente da Casa de Bragança, houve a garantia de certa continuidade na ruptura. Pois apesar de independente, o Brasil ainda teria um português no governo, evitando assim uma mudança brusca no corpo político do novo país.

O governo de Dom Pedro I se mostrou bastante eficaz nos anos iniciais do Império. No plano externo, engajou-se na busca pelo reconhecimento diplomático da nova nação, diante da comunidade internacional. No ambiente da reação conservadora e legitimadora vigente na Europa do Congresso de Viena e da Santa Aliança, conseguiu que o Brasil, via mediação da Inglaterra, fosse reconhecido como país independente.

No plano interno, a Casa de Bragança serviu como uma espécie de escudo de proteção para as elites regionais dependentes da mão-de-obra escrava, haja vista que a crescente campanha pelo fim da escravidão, movida pela Inglaterra, eram uma realidade. Assim sendo, essa questão exigia a intermediação de todo o corpo diplomático do Estado, já que tal problemática era extremamente desgastante para as heterogêneas oligarquias regionais, dispersas pelo vasto território brasileiro (MAGNOLI, 2003: 285-286).

Se o primeiro governo imperial brasileiro se mostrou eficiente, no que diz respeito à questão da escravidão, por outro lado sua política não foi suficiente para as elites regionais brasileiras. Bastante centralizador, o Estado Imperial não permitia a participação destas nas decisões da política nacional, e assim, não era capaz de contemplar seus diversos interesses e anseios.

Neste sentido, não se sentindo representadas dentro do próprio país, essas oligarquias começaram a conspirar contra a unidade política do Império, não raro, invocando a origem lusitana do Imperador e afirmando que o Brasil ainda estava atrelado aos interesses de Portugal (MAGNOLI, 2003: 286).

Essa situação de descontentamento das elites regionais se intensifica nos anos de 1830. Com a abdicação de Dom Pedro I, que retorna para Portugal e inicia uma intensa disputa dinástica pelo trono lusitano contra seu irmão Dom Miguel, tem-se início o Período Regencial (1831 – 1840), no qual o perigo de fragmentação territorial do Brasil se torna bastante efetivo[1].

[1] A historiadora Maria de Lourdes Monaco Janotti registra a ocorrência de exatamente 20 movimentos provinciais entre 1831 e 1848, que atingiram quase todo o território nacional, o que comprova que os anos posteriores à independência foram críticos para a firmação do Estado Brasileiro. In. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Segundo Ariel Feldman, nos momentos iniciais do período regencial, o Brasil passa por um processo de nacionalização dos quadros dirigentes do Estado e a identidade brasileira é, assim, contraposta e polarizada à identidade lusitana, visto que a restauração do ex-imperador – mais do que nunca vinculado a grupos lusos – era um projeto altamente viável (FELDMAN, 2006: 6).

Nos finais daquela década, com Dom Pedro I já falecido, e o perigo de restauração atenuado, foram as chamadas rebeliões regenciais que acentuaram a fragilidade política do novo país. A Cabanagem no Pará (1835 – 1840), a Balaiada no Maranhão (1838 – 1841), a Sabinada na Bahia (1837 – 1838), e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835 – 1845), em meio às manifestações de lusofobia ainda presentes e o fantasma da restauração portuguesa, mostraram que providências precisavam ser tomadas, ou logo o Brasil poderia seguir o exemplo da América espanhola e ser dividido em vários Estados independentes.

A saída militar poderia ser uma opção para conter essa fragmentação, no entanto, essa não era a maneira mais efetiva e nem sempre seus resultados eram os esperados – a perda da Província da Cisplatina para separatistas uruguaios, em 1828, ainda estava muito viva na memória dos dirigentes do Estado. Por isso buscou-se uma outra forma de assegurar a unidade do país: a construção de uma identidade nacional brasileira (PAZ, 1996: 224-225).

Segundo Eric Hobsbawm e Terence Ranger, provavelmente não há lugar ou tempo investigados pelos historiadores nos quais não ocorreram a *invenção das tradições*[2]. Contudo, segundo os autores, espera-se que esse processo ocorra com mais frequência em momentos nos quais transformações rápidas da sociedade debilitam ou destroem os padrões sociais para quais as *velhas tradições* foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis (HOBSBAWM & RANGER, 1984: 9).

Como podemos observar, o Brasil passava por uma grande crise institucional, marcada por tensões que provocavam o temor de separatismos, produzindo assim a perspectiva do surgimento de uma série de países com origem na América portuguesa – a despeito do que ocorreu na América espanhola. Portanto, era o momento ideal para se operar um processo de *invenção das tradições*, prover uma identidade nacional capaz de

[2] Entende-se "por "tradição inventada" um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam incultar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que significa, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado". HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence(orgs.). *A Invenção das Tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9.

produzir códigos de comunhão entre brasileiros de norte a sul, de leste a oeste do país, separados por rios, montanhas e florestas, que pouco – ou quase nada – enxergavam semelhanças entre si, além das semelhanças de viverem sob um mesmo governo.

Uma identidade nacional para o Brasil

Como podemos observar, o Brasil pós-independente não apresentava um quadro político estável. Movimentos separatistas pululavam por toda a parte[3], o Brasil corria um grande risco de fragmentação territorial, e o Governo Imperial, aliado a grupos de intelectuais, lançaram o projeto de construir uma identidade nacional para o Brasil, a fim de que essa ajudasse a atenuar o efeito da crise política. No entanto, no que essa identidade nacional seria baseada?

Como nos disse Eduardo Lourenço:

> Cada povo só o é por se conceber e viver justamente como destino. Quer dizer, simbolicamente, como se existisse desde sempre e tivesse consigo uma promessa de duração eterna. É essa convicção que confere a cada povo, a cada cultura, pois um e outro são indissociáveis, o que chamamos de "identidade (LOURENÇO, 1999: 89).

No entanto, faltava essa convicção ao brasileiro, faltava a tal "identidade", e isso representava um sério problema, uma séria desvantagem para o Brasil, pois, como nos ressalta Eric Hobsbawm, foram os nacionalismos que deram origem à formação dos Estados nacionais, ou seja, o sentimento nacional é anterior à nação como corpo político (HOBSBAWM, 1990: 17-19). E, nesse sentido, o Brasil estava no caminho inverso do usual, com um Estado formado, mas sem uma nação própria.

Era necessário sanar esse problema do Estado brasileiro, e para isso, aqueles engajados no projeto de construir uma identidade nacional para o Brasil, no qual se destacam os homens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[4] (GUIMARÃES, 1988), precisavam de elementos que servissem de códigos de reconhecimento mútuo entre os

[3] Sobre essa questão, José Murilo de Carvalho nos traz um quadro bastante esclarecedor, no qual enumera e nomeia as principais movimentos rebeldes que ocorreram no Brasil entre os anos de 1831 e 1848. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 250.

[4] O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mais conhecido como IHGB, foi criado em 1838, com o intuito de prestar auxílios a administração imperial, formado por homens ligados ao Governo, o IHGB acabou por se tornar o primeiro centro produtor de uma história produzida sobre o Brasil, por brasileiros, e assim, pela sua própria relação com o Governo Imperial, seus membros tornaram-se os primeiros e principais agentes da construção de uma identidade nacional para o Brasil, dentro desse projeto imperial do qual falamos. (BARBATO, 2011: 21-39).

nacionais, precisavam de uma História para esse povo, uma história que enfocasse as virtudes da jovem nação, que desse orgulho a seus habitantes, e assim, confiança em relação ao seu futuro. Nesse momento, o Brasil não precisava de uma História que falasse das tensões e que mostrasse as debilidades do jovem país (REIS, 2007: 25-28). Ou seja, era preciso construir uma identidade nacional para o Brasil. Mas essa identidade seria baseada em que? Afinal, o que tornava alguém brasileiro em meados do século XIX?

Vale lembrar, que naquele período da História do nosso país, a Europa era a referência no que se tratava de modelo de civilização. E se o Brasil procurava galgar um lugar entre as "nações civilizadas", era entre a Europa e seus descendentes do norte – em especial os Estados Unidos – que precisava se destacar.

Portanto, a Europa era o modelo a ser seguido, era o continente considerado mais avançado, e era em seu modelo de civilização que o Brasil deveria se espelhar. No entanto, para realmente conseguir um lugar entre as pressupostas "grandes nações", não bastava apenas o Brasil apresentar-se como uma cópia da Europa, necessitava também mostrar que se tratava de uma nação original[5], detentora de elementos próprios que a caracterizavam, mas sem se distanciar do padrão europeu[6].

Entretanto, quais são os elementos originais e singulares que o Brasil necessitava para delimitar seu lugar entre as "grandes nações"? Na Europa, o romantismo recuperou o passado histórico representado pelo medieval, pelo gótico, como símbolos para a construção de seus ideários nacionais. Todavia, no Brasil essa questão é um tanto mais complexa, já que não houve uma Idade Média, segundo o modelo romantizado europeu, a ser recuperada. Isso levou autores brasileiros – notadamente românticos - a construírem uma Idade Média imaginária. Ou seja, no contexto em que se dá a origem da nação brasileira, o tempo e o cenário de sua narrativa são mitológicos (PAZ, 1996: 232).

Encontramos um exemplo desse caso na obra *O Guarani,* de José de Alencar, no qual, segundo Valéria de Marco, o rio Paquequer constitui um cenário que elide o tempo, passando, através das descrições do autor romântico, a imagem da natureza primordial

[5] Como resumiu Naxara: "O desejo de pertencer simultaneamente a um e outro lado". NAXARA, Márcia Regina Capelari. "Natureza e Civilização: Sensibilidades românticas e representações do Brasil no século XIX" In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia(orgs.). *Memória e (re)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas.SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 432

[6] Nesse sentindo, a frase de Paz nos é bastante esclarecedora sobre o intuito brasileiro: "Das singularidades do meio e da natureza emerge uma Europa diferente chamada Brasil" Cf. PAZ, Francisco de Moraes. Op. Cit. p. 253.

plena e pura do Brasil, insinuando ainda, referências à época medieval[7] europeia (MARCO, 1993: 27-28).

Nesse contexto, a natureza serve como enfoque para a construção de uma cultura marcadamente nacional, pois se tratava de um elemento tido como originalmente brasileiro[8]. Nesse sentindo, Francisco Paz traz o exemplo de Ferdinand Denis, que ao valorizar a natureza tropical do Brasil, potencializa aquilo que a Europa não é ou não tem. Este viajante reconhece o europeu como símbolo da história sem natureza, e observa o índio brasileiro como o seu oposto direto, o representante da natureza sem[9] história (PAZ, 1996: 247).

Segundo Paz, restava somente então configurar o caráter singular da natureza tropical como marca do valor nacional, e através do discurso histórico, transformar *tal tropicalidade como verdadeiro alimento do espírito de nacionalidade*, como diz abaixo:

> [A busca pelo elemento original brasileiro] Resulta na elaboração de uma verdadeira "historiografia tropical", caracterizada pela busca da nação, pelo ideal de progresso e pelo entendimento da natureza como elemento definidor da unidade natural da Pátria, diante da falta de uma unidade cultural (PAZ, 1996: 236).

Além disso, Paz afirma que enquanto a História prende-se às questões do devir, enfatizando as mudanças resultantes da marcha da civilização, a literatura busca o ser e os valores permanentes, que promovem a natureza como expressão primeira da originalidade brasileira.

Portanto, notamos um engajamento especial dos literatos brasileiros nessa busca pela identidade nacional, que se mostra de uma maneira um tanto diferente da empreendida

[7] O trecho a seguir é um bom exemplo dessas referências medievais: "Dir-se-ia que, vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano."(grifos nossos). In ALENCAR, José de. *O Guarani.* Rio de Janeiro: Cia. Aguilar Editora, 1964. p. 31

[8] Segundo Edgar de Decca, o romance de José de Alencar, apesar de, à primeira vista nos conduzir por cenários brasileiros que mais parecem a Europa Medieval que o Brasil tropical, carrega inúmeros elementos fundadores da identidade nacional, pois, ainda que procure medidas europeias, Alencar desmancha os supostos cenários europeus, mostrando uma identidade brasileira em contraposição à europeia. Portanto, Alencar carrega as duas tendências apontadas anteriormente, que seriam a busca pelo exótico – aqui figurado na natureza tropical e na constituição racial brasileira – e na criação da realidade por meio de padrões estéticos europeus. Cf. DECCA, Edgar Salvadori de. "Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional". In. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, n° 24, 2002. p. 96.

[9] Desta maneira, ter natureza sem ter história não era visto como algo positivo, mas acreditava-se na época que o Brasil ainda era uma nação jovem, que ainda não alcançara a maturidade dos países do norte. Pensavam os intelectuais brasileiros que essa situação se corrigiria com o tempo, era apenas algo transitório, já que o país passava por um processo de avanço intelectual no período, principalmente pelo advento dos museus, universidades, hortos, e demais institutos ligados à ciência. Cf. PAZ, Francisco de Moraes. *Op. Cit.* pp. 236-248.

pelos intelectuais que tinham como base os estudos da História. Essa diferença entre literatos e historiadores – se é que podemos utilizar esses termos em uma época em que as linhas que demarcavam as humanidades eram ainda mais tênues que as atuais – farão se sentir dentro do IHGB, como veremos no decorrer do trabalho.

Nas obras de Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo ou Casimiro de Abreu, entre inúmeros outros exemplos, aparecem estes engajamentos de valorização da natureza brasileira[10] no momento em que seus versos cantam nossas belezas naturais (VENTURA, 1991: 246).

Flora Süssekind ressalta esses usos do meio natural brasileiro pelos literatos do período. Assim como Paz, ela afirma que a natureza brasileira serve como enfoque para a construção de uma literatura marcadamente nacional. Ela traz os dizeres de Pereira da Silva como exemplo deste momento de valorização dos elementos nacionais:

> Nossos vates renegam sua pátria, deixam de cantar as belezas das palmeiras, as deliciosas margens do Amazonas e do Prata, as virgens florestas, as superstições e pensamentos de nossos patrícios, seus usos, costumes, e religião, para saudarem os Deuses do Politeísmo Grego (SUSSEKIND, 1990: 24).

Süssekind conclui que não é, pois, qualquer lugar que se pode chamar de Brasil, ou qualquer literatura de brasileira. Antes é necessário que isso seja submetido à *malha fina da originalidade*, *da natureza exuberante*, ou dos *costumes peculiares*.

Segundo Süssekind, variam as trilhas da prosa de ficção brasileira – novela histórica, melodramática, de costumes ou de mistério – nas décadas de 30 e 40 do século XIX –, mas repete-se a nota, a meta quase geográfica, de demarcação de um centro, de uma origem, de uma cena primitiva de descoberta da cultura brasileira (SUSSEKIND, 1990: 35).

Literatura, História e Geografia – esta última envolvida de maneira bastante pragmática, no que toca às questões fronteiriças do Império – engajaram-se, cada uma à sua maneira, em um movimento que usa esta natureza como ponto de união do Brasil e de diferenciação em relação aos demais, afinal, todo o país era naturalmente exuberante. No entanto, a natureza não ocupa sozinha o posto de elemento original e singular do Brasil. O homem brasileiro, representado principalmente pelos elementos indígenas e mestiços,

[10] Os versos da Canção do Exílio – ex. "(...)Nosso céu tem mais estrelas, Nossas várzeas têm mais flores, Nossas flores têm mais vida, Nossa vida mais amores (...)" -, de Gonçalves Dias cabem perfeitamente nesse caso, já que expressam o ufanismo do ideal romântico em relação à natureza brasileira. DIAS, Gonçalves. "Canção do Exílio". In: DE NICOLA, José e INFANTE, Ulisses. *Análise e interpretação de poesia*. São Paulo: Scipione, 1995.p 63.

também têm lugar central nesse contexto. No ano de 1840, o IHGB lança um concurso para premiar o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O vencedor do concurso foi o cientista alemão, ocupado de assuntos brasileiros, Karl Friedrich von Martius.

Em sua monografia[11], Martius confere ao Brasil um papel bastante singular enquanto nação: realizar a ideia da mestiçagem das três raças, lançando os alicerces para a construção do mito da democracia racial (GUIMARÃES, 1988: 17). Dentro deste contexto racial, o Brasil encontrava-se em uma situação *sui generis* no mundo: era palco da miscigenação entre as três raças. Cabia então ao Brasil o papel de aperfeiçoar essas raças – através do branqueamento de sua população e a civilização do indígena – para o desenvolvimento da nação.

Estavam então determinados os elementos que definiriam a identidade nacional brasileira: sua natureza e sua gente. Também já se sabia o modelo civilizacional que o Brasil deveria seguir e o modo como ele se destacaria entre essas nações. Restava então levar este projeto adiante, fazê-lo acontecer.

Nesse sentido, o IHGB desempenhou um papel fundamental, e a análise das suas publicações, contidas na revista do instituto, só vêm a corroborar as teses de autores como Francisco Paz, José Carlos Reis, Roberto Ventura, Renato Ortiz, Flora Süssekind, entre outros, que veem na natureza um dos principais símbolos utilizados para a construção da identidade nacional brasileira, símbolo esse capaz de dar orgulho a um povo carente de raízes e laços de união.

A exaltação do mundo natural brasileiro é bastante recorrente nessas publicações[12], o clima é posto como benigno e ameno na maioria das vezes, suas paisagens são descritas como belas e variadas capazes de *sensações de despertar e interromper a tediosa monotonia* (BARBOSA, 1856: 61). Suas terras são relatadas como muito férteis, e suas

[11] O título da monografia é "Como se deve escrever a história do Brasil" In. Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo VI, 1865 (1844).

[12] No discurso de abertura do IHGB, Januário da Cunha Barbosa dá mostras de que a exaltação da natureza brasileira seria uma das tônicas no processo de criação da identidade nacional brasileira, particularmente no caso do grêmio cariocas: "(...) finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedades e pompas de seus vegetaes, abundância e preciosidade de seus fructos, pasmosa novidade de seus animaes, e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundo os engenhos de nosso patrícios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um thesouro inexgottavel de honrosa recordação e de interessantes idéias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz". *Cf.* BARBOSA, Januario da Cunha. "Discurso". In. Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil. Tomo I,, 1856 (1939). pp. 12-13.

matas e rios como generosas em caça e pesca, além disso, há a presença de ricas minas espalhadas pelo território nacional.

Por isso, podemos afirmar que a natureza – portadora da indelével marca dos trópicos – veio a se tornar um importante ponto de comunhão nacional, já que todos os brasileiros, independentes da região do país em que se encontravam, podiam partilhar do mesmo sentimento de orgulho em relação ao meio em que viviam, pois ele era descrito como exuberante em toda sua extensão, não havendo discriminação de acordo com a localidade.

Levar à população o conhecimento dessas belezas naturais que o Brasil oferecia, e que era de causar inveja em outras nações do mundo, dava então ao empreendimento da intelectualidade brasileira da época um objetivo de união nacional, muito importante para assegurar a manutenção do ainda jovem e frágil Estado brasileiro. Percebemos que os trópicos, e suas intensas sensações, serviram de aliados a esses homens do IHGB, intelectuais engajados em sua própria missão patriótica, observando todas as alegrias e ambiguidades que essa nossa condição natural era capaz de despertar.

Nesse sentido, percebemos que a questão da natureza tropical se tornou objeto central na busca pela nação brasileira, una, única, e capaz de despertar o orgulho daqueles que nela viviam, foi elevada a um dos símbolos de distinção e demarcação de um Brasil ainda nascente. Assim, para melhor compreendermos toda essa questão da identidade nacional brasileira, é importante que conheçamos o que é nação, como ela surgiu, e o que ela significa, e principalmente, qual o sentido da "identidade nacional" no século XIX.

A emergência e a necessidade da nação

Como certa vez observou Max Weber, uma sociedade não é algo muito palpável, mas sim é um conceito muito flexível e difícil de ser percebido concretamente (DECCA, 2002: 8). Nesse sentido, a discussão sobre identidade nacional, como componente intrínseco dessa complexa e fluida sociedade, mostra-se um conceito bastante complexo, e compreender o seu significado, e o que ele representa dentro de nossa história e historiografia, é tarefa bastante árdua.

Maria Stella Bresciani vê nas recentes publicações de coletâneas que versam sobre o tema[13] exemplos que confirmam *releituras quase obsessivas e sugerem a importância dessa produção, pois sinalizam uma preocupação persistente no meio acadêmico e*

[13] Nesse caso: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002; MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico.* São Paulo: SENAC, 2001.

intelectual brasileiro (BRESCIANI, 2001: 403). O que vem a corroborar a ideia de que o tema da identidade nacional ainda está muito vivo dentro de nossa historiografia, e que ainda suscita uma série de debates.

Assim, é fundamental que conheçamos o embrião de toda essa questão, entendendo como surgiram os nacionalismos, que evocaram, pela primeira vez, sentimentos de identificação entre pessoas encerradas dentro de um mesmo Estado. Lembranças (e também esquecimentos) partilhadas, heróis imaginários comuns e situações capazes de prover condições para que pessoas conheçam seus concidadãos, somente a partir de experiências compartilhadas.

Desta maneira, podemos localizar a emergência do nacionalismo em um período compreendido entre finais do século XVIII e inícios do século XIX. Anthony Smith nos elenca uma série de eventos, como as divisões da Polônia, a Guerra de Independência dos EUA, e a reação alemã e prussiana à Revolução Francesa e às conquistas napoleônicas, como exemplos que atestam o nascimento do nacionalismo no período supracitado (SMITH, 2000: 187).

Benedict Anderson, por sua vez, não nega o nascimento do nacionalismo nesse momento de nossa história, pois, segundo ele, tal período marca *o anoitecer dos modos de pensamento religioso*. Isso porque, o século do Iluminismo e do secularismo racionalista trouxe consigo suas "próprias trevas modernas", pois houve um declínio da fé religiosa, mas o sofrimento que ela ajudava a atenuar não desapareceu, persistia. Assim, uma outra linha de continuidade deveria suprir a lacuna deixada pela salvação religiosa, e, como frisa Anderson, poucas coisas se mostraram (e ainda se mostram) mais adequadas a essa finalidade que a ideia de nação (ANDERSON, 2008: 38).

Nesse sentido, aproveitando-se de determinando momento histórico propício, certos grupos – representados principalmente pelos Governos de Estado – procuraram meios de construir um sentimento de nação a fim de obter interesses próprios. Ernest Gellner, por exemplo, vê o nacionalismo como uma ideologia criada a fim de ajudar na construção e garantir a consolidação do poder do Estado, sendo um elemento necessário ao desenvolvimento capitalista na Europa.

Segundo o autor, o desenvolvimento capitalista foi dirigido por unidades nacionais, como é o caso do capitalismo inglês, francês ou alemão. Cabia assim ao nacionalismo atuar no fortalecimento e na expansão das economias europeias, que eram nacionais. Em uma disputa "inter-nacional" – que era o que ocorria naquele momento histórico –, o Estado

promovia uma suposta homogeneidade cultural a fim de acelerar o desenvolvimento econômico (REIS, 2006: 15).

Portanto, podemos analisar a nação como algo construído historicamente – principalmente por filólogos e historiadores, que sob muitos aspectos, forneceram a lógica e o mapeamento de suas nações ainda aspirantes, como nos traz Smith –, que buscou dar ao mundo a noção de que ele era formado por diversas comunidades, cada uma possuidora de um caráter e de uma história singulares, cada uma resultado de origens e acontecimentos específicos, que interagiam entre si (SMITH, 2000:185). Um complexo de características físicas e mentais, capazes de distinguir uma nação da outra era trazido à tona. Surgia então o conceito de caráter nacional na nossa história (BAUER, 2000: 47).

A partir disso, notamos que para que uma nação se sustentasse, havia também a necessidade de distinção, havia a necessidade do outro. Ou seja, elementos capazes de garantir uma identidade nacional eram necessários, como nos mostra José Carlos Reis:

> As identidades são relacionais e mudam em cada relação. A identidade precisa de algo fora dela, da alteridade, outra identidade, que ela não é, e nessa relação com o outro, as identidades são construídas. Uma identidade exclui, cria o exterior. Ela é uma homogeneidade interna, um fechamento. É um ato de poder. As identidades são construídas no interior do jogo de poder e da exclusão. Não são naturais, mas difundidas em lutas históricas (REIS, 2006: 12).

Portanto, como diz Edgar de Decca, *a identidade de um grupo forma-se normalmente por sinais externos*[14] *e por um conjunto de símbolos e valores a partir dos quais se opera uma identificação* (DECCA, 2002: 8). Segundo Stuart Hall, há o que ele chama de *narrativa da nação*, que, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular, fornece uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentindo[15] à nação (HALL, 2005: 52).

[14] Além de Edgar de Decca, e do já citado José Carlos Reis, uma série de autores nos traz essa afirmação, entre eles podemos citar: WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ; Vozes, 2000. p. 9.; ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. pp. 7-8; LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999. p. 89.

[15] Segundo Benedict Anderson, a imprensa desempenhou papel fundamental na construção do que ele chamou de "comunidades imaginadas", pois segundo o autor, a imprensa permitiu "narrar" a nação, possibilitando assim que aqueles as sensações de identificação entre seus membros fosse fortalecida, construindo assim a nação imaginariamente. Cf. SMITH, Anthony D. *Op. Cit*. pp. 199-200.

Assim podemos notar que há a noção de que a nação não se trata de um sentimento atemporal, mas sim um fenômeno histórico recente, advindo da consolidação da Europa como um conjunto de nações fortes. No entanto, essa visão não é alheia a criticas. Hobsbawm, por exemplo, é bastante crítico a esse respeito, pois, apesar de não negar a atuação do Estado na formação de certos padrões sociais, faz uma crítica contundente às opiniões de Gellner sobre as formações dos nacionalismos, acusando-o de expressar somente o ponto de vista das elites burguesas dos Estados-nações, uma vez que não levou em consideração o ponto de vista do povo. Afinal, será que todos os pensamentos do povo são estimulados e controlados pelo Estado? Será que a cultura popular não teria um sentimento espontâneo e sincero de pertencimento a uma terra natal (REIS, 2006: 15)?

José Carlos Reis, também não vê a nação como uma mera construção estatal, na qual o povo participa apenas como absorvedor de uma suposta identidade construída a fim de atender certos interesses. Reis não nega que o Estado se apresenta como o "conquistador" da nação, mas também não nega que o sentimento de pertença a uma comunidade nacional é sincero e vivo por parte do povo.

Assim, o uso de termos como "invenção", "imaginário" e "construção narrativa" não têm o intuito de dizer que a nação seja algo irreal, que se trata apenas de uma construção abstrata, pois cria-se e conserva-se linguagens, códigos, imagens, eventos, personagens e datas históricas, estabelecendo assim suas característica e o que são suas referências internas e externas (REIS, 2006: 15-17).

Vale ainda lembrar que durante o século XIX, propagou-se uma visão *essencialista* da nacionalidade, na qual cada povo se percebia como engajado em uma missão especial para o progresso da humanidade (REIS, 2006: 14), e para tal, acreditava-se na existência de um conjunto cristalino, autêntico, de características que um povo partilha, e que não se alteram no decorrer do tempo. Trata-se de uma concepção na qual a identidade é vista como algo fixo e imutável (WOODWARD, 2000: 12).

Já para os estudiosos que veem a nacionalidade como algo *não-essencialista*, a nação é algo mais problemático, pois apresenta-se como um discurso que classifica grupos de seres humanos, em um modo de classificação difícil de se operar. Afinal, que critérios definiriam uma nação? Seriam critérios objetivos, como uma língua comum, uma história ou traços culturais comuns? Isso se mostra problemático, na medida em que, as populações não são homogêneas na língua, território, história ou cultura. Segundo José Carlos Reis,

esses critérios valem mais para uma devida propaganda estatal, do que para uma descrição objetiva de um suposto fenômeno nacional (REIS, 2006: 14).

Nesse viés, a identidade não é vista como uma "essência", como algo inerente a cada suposto povo, mas sim como uma comunidade constituída historicamente com forte coesão, através de uma efetiva comunicação entre seus membros, pelo entendimento tácito, pela cultura compartilhada (REIS, 2006: 14)

Assim, podemos assumir aqui uma visão *não-essencialista* da nação, afinal, nem sempre nos enxergamos como membros de uma comunidade chamada Brasil, nem sempre acreditamos que a feijoada, o samba ou a caipirinha eram coisas típicas de nosso país, mas percebemos que isso nos foi dado a partir da ordenação e organização das coisas operando de sistemas simbólicos, produzidas a partir de locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2000: 109).

Desta maneira, podemos concluir que a identidade nacional brasileira surgiu em um momento no qual se fazia necessária a criação de elementos de união, visto a situação política na qual o Brasil se encontrava, à beira do colapso político. Em um mundo cada vez mais dividido entre nações, competindo entre si na disputa por um lugar no mundo, estar unido e apresentar uma coesão nacional era elemento fundamental. Desta maneira, mais do que mostrar as belezas de um país tropical, o projeto oitocentista de dar uma cara ao Brasil significava também sua própria existência.

E nesse movimento, de garantir as bases de sustentação para sua própria existência como entidade política, o Governo Imperial brasileiro lançou também as bases para se pensar o que era ser brasileiro, quais eram os traços marcantes que distinguiam os nossos dos demais, em uma busca por uma identidade que nunca chegou a se completar, e na qual tais traços marcantes vêm e vão, são construídos e dissolvidos, legando espaços para que tal busca por essa identidade, inconclusa e subjetiva, continuasse – e ainda continue – pelos anos que viriam, mesmo quando o lugar do Brasil e suas fronteiras já estava guardado.

Bibliografia

ALENCAR, José de. *O Guarani.* Rio de Janeiro: Cia. Aguilar Editora, 1964.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas:* Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical:* o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889). Campinas, SP: [s.n.], 2011.

BARBOSA, Januario da Cunha. Discurso. In. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil.* Tomo I, 1856.

BAUER, Otto. A nação. In. BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Identidades Inconclusas no Brasil do séc. XX – Fundamentos de um lugar comum. In. BRESCIANI, Maria Stella Martins. & CAPELARI, Márcia Regina Naxara (orgs.). *Memória e (res)sentimento:* indagações sobre uma questão sensível. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DECCA, Edgar Salvadori de. Cidadão, mostre-me a identidade!. In. *Caderno Cedes*, Campinas, V.22, nº 58, pp. 7-20, 2002.

DECCA, Edgar Salvadori de. Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional. In*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, n° 24, pp. 87-11, 2002.

FELDMAN, Ariel. A construção do Estado e da Nação no Brasil: Identidades políticas e imprensa no período regencial (1831-1840). In *Revista Aulas* Nº 2, pp. 33-50, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos históricos*, nº 1, pp. 5-27, 1988.

HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade? In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. *Identidade e Diferença:* a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ; Vozes, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *A Balaiada.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade:* seguido de Portugal como destino. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In JANCSÓ, Istvan. *Brasil:* Formação do Estado e da Nação. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões:* O romance histórico de José de Alencar. Campinas-Sp: Editora da Unicamp, 1993.

MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil:* um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Natureza e Civilização: Sensibilidades românticas e representações do Brasil no século XIX. In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)Sentimento:* Indagações sobre uma questão sensível. Campinas.SP: Editora da Unicamp, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional.* São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

PAZ, Francisco de Moraes. *Na poética da História:* a revitalização da Utopia Nacional Oitocentista. Curitiba: UFPR, 1996.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil:* de Varhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2:* de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In. BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui:* o narrador, a viagem. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical:* História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ; Vozes, 2000.

Recebido em: 20/01/2014

Aprovado:04/06/2014